

DO DISCURSO ARGUMENTADO À INTERAÇÃO ARGUMENTATIVA

Rui Alexandre Grácioⁱ

Resumo: Neste artigo debate-se o valor e os limites de certas teorizações da argumentação. Considerando a importância das abordagens que veem na argumentatividade o próprio tecido do discurso, sugerimos que, do ponto de vista da adequação descritiva, a análise argumentativa se deve centrar nas situações de interação nas quais é clara uma oposição entre discursos. Tal significa que os argumentos devem ser considerados no quadro da tensão da crítica do discurso do outro e que o estudo da argumentação é a análise da forma como a dissidência é tematizada pelos diferentes turnos de palavra sobre um assunto em questão.

Palavras-chave: Discurso argumentado. Retórica. Assunto em questão. Interação argumentativa.

Abstract: In this paper we debate the value and the limits of certain theorizations of argumentation. By considering the importance of the approaches that see in the argumentativeness the discourse's very own tissue, we suggest that, from the point of view of the descriptive adequacy, the argumentative analysis must focus on the situations of interaction in which a position between the discourses is clear. Such idea means that the arguments must be taken in consideration in the frame of tension of the criticism of the other's discourse and that the study of argumentation is the analysis of the way the dissidence is themed by different shifts of a word on a subject in question.

Keywords: Argumentative discourse. Rhetoric. Subject in question. Argumentative interaction.

ⁱ Docente da Universidade de Aveiro, Portugal. E-mail: rgracio@gmail.com.

Introdução

A principal conquista da teorização contemporânea da argumentação — apesar dos persistentes esforços dos chamados “lógicos informais” ou de correntes normativas que insistem em encontrar critérios gerais para a avaliação das argumentações¹ — consistiu, por um lado, no abandono da abordagem da argumentação através de reduções formalistas que privilegiam uma imagem proposicionalista da razão e do raciocínio e, por outro, na opção de a considerar em termos de discurso e de comunicação para os quais os critérios da “máquina lógica” são manifestamente insuficientes.

Este deslocamento fez-se, em Perelman, através da dissociação entre as questões da verdade e as questões da adesão, ou seja, trazendo a primeiro plano a problemática dos efeitos comunicacionais no âmbito de uma problemática da influência do discurso: “identificando esta [nova retórica] com o discurso persuasivo, que visa ganhar adesão, tanto intelectual como emotiva, de um auditório, seja ele qual for, afirmamos que todo o discurso que não aspira a uma validade impessoal depende da retórica. Desde que uma comunicação tenda a influenciar uma ou mais pessoas, a orientar os seus pensamentos, a excitar ou a apaziguar as emoções, a dirigir uma ação, ela é do domínio da retórica” (PERELMAN, 1977, p. 192). À consideração

¹ Comenta Angenot (2008, p. 146), acerca das supostas “normas da argumentação”: “como uma ilusão que as auréola, flutua sobre estas normas simultaneamente imperativas e indecisas, uma espécie de ideal idílico das relações humanas e das discussões: partilhar duma mesma boa vontade de saber, ter uma mesma temeridade para abraçar tudo o que se possa saber de uma questão, estar convencidos de um modo semelhante que a ignorância e a falta de curiosidade são coisas más, que o erro acabará por ceder perante a verdade, partilhar a mesma convicção de que o saber contribui para a nossa felicidade, mesmo que a Igreja tenha advertido: ‘Quem aumenta o seu saber, aumenta o seu sofrimento’”.

do raciocínio isolado do discurso, para fins de avaliação, preferiu Perelman enfatizar como argumentativa a plasticidade prática de noções inerentes ao uso natural da linguagem; ao invés de se centrar em processos inferenciais, preferiu destacar como fundamentais na modulação argumentativa do discurso os procedimentos de ligação e de dissociação de noções e mostrar a sua dependência, em termos de efeitos e eficácia, do auditório ao qual o discurso é dirigido. Em vez de procurar formular critérios lógicos que à partida pudessem ser aplicados na avaliação das argumentações (em parâmetros, por exemplo, como os da aceitabilidade, da relevância ou da suficiência), Perelman propôs que a força das argumentações fosse aferida pelo que possamos descrever quanto à eficácia dos discursos e à qualidade dos auditórios a quem são dirigidos². Estas categorias, remetendo a argumentação para o âmbito do discurso e para uma situação de comunicação, rompem com a sua abordagem restringida em termos de análise mais ou menos formalizada dos raciocínios — e é preciso conferir todo o peso à classificação perelmaniana dos argumentos mais aparentados às estruturas lógicas ou matemáticas como “quase-lógicos” — e com a sua abordagem em termos de falácia, palavra aliás estranha ao léxico teórico da nova retórica.

Esta orientação discursiva e comunicativa na abordagem da argumentação é também patente na lógica natural de Jean-Blaise Grize que, colocando a questão de saber “como é que o pensamento funciona quando não

² Esclarece Perelman: “Na argumentação há, a meu ver, duas coordenadas, podemos julgar a argumentação através de dois critérios. Há, antes de mais, o critério da eficácia. Mas isso não chega porque a eficácia da argumentação é relativa a um certo auditório. E a argumentação que é eficaz para um auditório de pessoas incompetentes e ignorantes não tem a mesma validade que a argumentação que é mais eficaz para um auditório competente. Resulta daí que derivou a validade da argumentação e a força dos argumentos da qualidade dos auditórios para os quais são eficazes” (1970, p. 33).

matematiza?” (1996, p. 115), considera as operações argumentativas da saliência e da filtragem como inerentes aos procedimentos de discursificação que estão na origem daquilo que designa como “esquematisações”. O uso da linguagem natural aparece assim associado à “omnipresença do argumentativo”, ideia expressa por Grize quando afirma que “comunicar as suas ideias a alguém é sempre, pouco ou muito, argumentar” (GRIZE, 1997, p. 9). Uma tal visão remete, por um lado, para a afirmação de que a discursividade se organiza através de operações selectivas que, ao mesmo tempo, são opções que configuram modos de ver e de dar a ver; implica, por outro, que as representações chegam sempre já ao discurso com uma incidência guiada pela especificidade da situação de comunicação.

Na mesma linha da afirmação da omnipresença do argumentativo vai a teoria da argumentação na língua de Anscombe e Ducrot, centrada na noção de orientação: “é constituinte do sentido de um enunciado pretender orientar o seguimento do diálogo. Dizer que o enunciado Quem é que chegou? é uma questão é dizer que ele pretende obrigar o destinatário a responder. E dizer que se pressupõe que alguém chegou quer dizer que se pretende excluir das respostas possíveis uma réplica como Mas não chegou ninguém!” (1997, p. 20). É nesse sentido que Ducrot (1988, p. 14) afirma que “falar é construir e tratar impor aos outros uma espécie de apreensão argumentativa da realidade”, o que significa recusar a existência de um registro supostamente neutro e meramente informativo das frases. No entanto, e querendo explicar os mecanismos da argumentação tendo exclusivamente em conta o funcionamento da língua, ou seja, não admitindo falar de intencionalidade a não ser em termos estritamente linguísticos, Ducrot sustenta que “a argumentação linguística não tem qualquer relação directa com a argumentação retórica” (2004, p. 17).

Ora, este é um aspecto contestado por Ruth Amossy quando considera que a inerência da argumentatividade ao funcionamento da língua é extensível ao uso intencional da linguagem no discurso:

a minha tese é que a argumentatividade constitui uma característica inerente do discurso. A natureza argumentativa do discurso não implica o uso de argumentos formais, nem significa impor uma ordem sequencial premissa-conclusão num texto oral ou escrito. Orientar o modo como a realidade é percebida, influenciar um ponto de vista e direccionar um comportamento são acções desempenhadas por toda um espectro de meios verbais. Desta perspectiva, a argumentação está totalmente integrada no domínio dos estudos da linguagem (AMOSSY, 2009, p. 254).

Apesar de termos apenas exemplificado com alguns teóricos da argumentação, poderemos dizer que eles, procurando inserir a abordagem da argumentação no âmbito de processos linguísticos e languageiros inerentes a uma situação de comunicação, partem de uma sinonímia entre argumentatividade e argumentação. No entanto, justamente por privilegiarem a noção de orientação estas concepções acabam por enfermar daquilo que poderemos designar como uma visão pan-argumentativa, cujo principal problema consiste em não concederem um lugar à questão crítica da avaliação das argumentações que é, contudo, essencial para perceber a própria dinâmica argumentativa. Se é de inegável importância evidenciar que não há discursos neutros e que à discursividade é inerente a perspectivização — contribuindo a explicitação dos procedimentos de influência para uma maior acuidade na leitura e análise dos discursos — isso parece-nos, no entanto, insuficiente para captar a argumentação enquanto forma específica de comunicação que é simultaneamente uma arte prática, ou seja, como interacção entre argumentadores que tematizam as suas dissensões sobre um

assunto em questão. Com efeito, se não nos leva longe, como observou Zarefsky (2006, p. 288), fazemos do termo “argumentação” uma espécie de conveniente guarda-chuva (“a convenient umbrella term”) — indo no mesmo sentido as palavras de Gronbeck (1992, p. 22) quando recorda que “desde que pudéssemos chamar ‘estratégica’ a uma manipulação simbólica, estávamos dispostos a denominá-la como argumentativa” —, pensamos que o desafio que hoje se coloca na teorização da argumentação é o problema da sua adequação descritiva e que lidar com ele passa por trazer a primeiro plano a dimensão interactiva e incontornavelmente tensional das dinâmicas argumentativas. Dito de outra forma, afigura-se-nos que é preciso, por um lado, considerar a argumentação como lugar de controvérsia onde se confrontam, avaliam e criticam entre si perspectivas dissonantes e, por outro, perceber que qualquer perspectivização de um assunto implica uma axiologização que procede à articulação entre o real e o virtual-ideal, o empírico e o normativo, o mundo e um contra-mundo. Como incisivamente observa Angenot (2008):

o raciocínio axiológico é então criação de uma conexão entre estes dois mundos ou estas duas ordens incomensuráveis. Axiologizar consiste em *colar* aos ‘dados’ empíricos signos transcendentais: justo, injusto, bom, nobre, verdadeiro, igualitário, democrático, justiça social, direito ao trabalho, liberdade de expressão, etc. Será que tal acto é bom ou mau? Será que aquele homem é bom ou maldoso? A avaliação incide sobre o incognoscível — no sentido ‘positivo’ deste termo. Toda a avaliação é uma transvaliação na medida em que os valores não emanam do mundo bruto mas submetem o mundo ao seu exame. (p. 240)

Se a elaboração de qualquer ponto de vista argumentativo é solidário de processos de valorização e de desvalorização, de uma construção que não diz o mundo mas o modo como nele o argumentador se posiciona através de um discurso argumentado, já um

ponto de vista *numa argumentação* implica a sua afirmação por contraposição, sendo o processo argumentativo aquilo que decorrerá da tematização dessa oposição.

É por isso que, ao contrário de vários teóricos, não pensamos que a argumentação esteja “na língua”, ou seja, “um ramo da análise do discurso” (AMOSSY, 2006, p. 246), não porque os discursos não sejam essenciais nas argumentações, nomeadamente ao projectarem os seus hologramas e ao guiarem modos de ver e de dar a ver, mas sim porque a sua especificidade é serem convocados no quadro de uma situação em que está em jogo um confronto de perspectivas, ou seja, quando uma situação de conflito origina o desenrolar de uma controvérsia. Willard não deixou, aliás, de assinalar este aspecto quando sublinhou que:

o conflito está no coração do fenómeno que nos interessa. Os teóricos, que pouco concordam em algo mais, partilham a visão de que os argumentos envolvem desacordo e ocorrem em contextos de controvérsia. Este acordo é tão nítido que podemos dizer que ‘argumento’ não é o núcleo do nosso campo nem mesmo o seu foco mais importante (WILLARD, 1985, p. 19).

Em suma, diríamos que qualquer análise da argumentação deve partir duma situação de bilateralidade relativamente a um assunto em questão. Atente-se, contudo, que este “em questão” é o denominador comum de uma situação de conflito, deriva de um choque de perspectivas e é formulado e perceptível em torno da presença de discursos incompatíveis e alternativos. Aristóteles liga estes assuntos em questão à necessidade de deliberar:

nós deliberamos sobre *questões que parecem admitir duas possibilidades de solução*, já que ninguém delibera sobre coisas que não podem ter acontecido, nem vir a acontecer, nem ser de maneira diferente; pois, nesses casos, nada há a fazer (ARISTÓTELES, 1998, p. 1357a) [grifo nosso].

C. Kock retoma, aliás, esta ligação matricial da retórica com a deliberação para destacar que qualquer visão da argumentação que se detém em proposições e não em propostas se revela insuficiente:

quando discutimos se uma determinada proposição é verdadeira ou falsa, ou mesmo se é provável, discutimos essencialmente *uma* propriedade dela; a nossa discussão é, nesse sentido, *unidimensional*. (...) Mas quando deliberamos sobre uma proposta, ou seja, se devemos escolher um certo caminho de acção, pode haver muitas propriedades que podem ser predicadas sobre ela; (...) Podemos descrever isto dizendo que a Escolha é *multidimensional*, e que as propriedades que pertencem a diferentes dimensões são *incomensuráveis*.

Pelo nosso lado, e justamente para ir ao encontro deste espaço multidimensional, dizemos que, no quadro de uma argumentação, o discurso tematiza, entendendo por tematização o processo através do qual os participantes numa argumentação desenham os assuntos, fazendo distinções, invocando recursos para darem força à perspectiva avançada e desenvolvendo raciocínios orientados dentro dessa moldura. Trata-se, pois, de um processo de configuração dos assuntos, perspectivando-os a partir da selecção e da nuclearização de determinados considerando tidos como relevantes e cuja admissão orienta o pensamento para determinados padrões de avaliação, de juízo e de raciocínio. Este modo de ver a argumentação como uma disciplina crítica (ou seja, organizada, controlada e problematizante) de leitura e interacção entre as perspectivas inerentes à discursividade e cuja divergência os argumentadores tematizam em torno de um assunto em questão permite evitar os problemas com que se defrontam as teorizações que persistem numa imagem proposicionalista da razão. Como notou Kock, estas se revelam manifestamente penosas quando nos deslocamos para o espaço da

deliberação porque não tomam a sério estas intuições essenciais:

- (1) que na argumentação deliberativa o caso padrão é haver bons argumentos de ambos os lados;
- (2) que um bom argumento para a acção não licencia essa acção; e (3)
- que bons argumentos em ambos os lados não se excluem uns aos outros (Kock, 2007: 241).

Numa linha crítica semelhante, também Angenot (2008, p. 87-88) se refere a “uma série de postulados ingênuos provenientes do senso comum acrítico e que não são questionados pelos doutos” e entre os quais podemos destacar a ideia de que “entre razão postulada e raciocínio não existe nenhuma opacidade problemática, mas uma relação entre matriz e seus produtos”.

É nosso entendimento que a situação de comunicação designada como argumentação implica oposição, incompatibilidade³ e o correlativo, o confronto entre discursos e contra-discursos levados a cabo pelos participantes que nela se envolvem. É, aliás, neste sentido que nos parece importante distinguir entre a argumentatividade inerente aos discursos da argumentação enquanto situação que tem na sua base um díptico argumentativo. Detenhamo-nos nesta distinção.

³ Como escrevem os autores do *Traité*, de um ponto de vista do debate retórico, “a noção de contradição deve ser substituída pela de incompatibilidade” (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 1952, p. 26). Ainda que estes autores não perspectivem a argumentação do ponto de vista da dinâmica específica dos discursos circunstanciados que se opõem, como é, aliás, patente nos exemplos que dão, não deixam de salientar, a propósito da dissociação de noções que esta é “sempre provocada pelo desejo de *desfazer uma incompatibilidade nascida da confrontação de uma tese com outras*”, trate-se de questões de normas ou de verdades” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1988, p. 552. [Sublinhado nosso]).

A argumentatividade dos discursos pode ser focalizada a três níveis principais:

1. Como uma força projectiva inerente ao uso da língua (e neste caso estamos a focalizar quer a utilização das palavras na sua relação com os topoi, quer os enunciados e o seu encadeamento através de conectores), sendo que aqui a tônica é posta nos mecanismos de orientação enunciativa.

2. Como uma força configurativa inerente ao discurso (e neste sentido focaliza-se a acção sobre outrem através das tematizações, vidências, ideias ou imagens esquematizadas no modo de produzir o discurso, configuradoras de posicionamentos e produtoras de influência sobre aqueles a quem são dirigidas), sendo que aqui a tônica é posta nos mecanismos de influência discursiva que preparam a recepção do discurso.

3. Como uma força conclusiva ou ilativa que corresponde a processos de raciocínio postos em acção no discurso (tipos e esquemas de raciocínio), sendo que aqui a tônica é posta nos mecanismos de inferência.

A argumentação, tal como a propomos considerar não é, contudo, algo que se reduza à argumentatividade, à força argumentativa vista em termos de produto ou fora de um quadro tensional, nem que se possa cingir à apresentação de argumentos considerados do ponto de vista dos mecanismos de orientação, de influência ou de inferência, mas sim como uma interacção que tem na sua base uma situação argumentativa caracterizada pelos seguintes aspectos:

a) A existência de uma oposição entre discursos (ou seja, em que é requerida a presença de um discurso e de um contra-discurso numa situação de interacção entre, pelo menos, dois argumentadores)⁴.

b) A alternância de turnos de palavra polarizados num assunto em questão e tendo em conta as intervenções dos participantes. É nesta alternância que se pode captar o dinamismo próprio das argumentações⁵.

c) Uma possível progressão para além do díptico argumentativo inicial e em que é visível a interdependência discursiva, ou seja, em que de algum modo o discurso de cada um

de que os actores agem de uma forma única quando estão a 'argumentar'. O foco da investigação sobre a argumentação deve ser a forma como o fazem". Neste sentido, define o autor, "a argumentação é uma forma de interacção na qual duas ou mais pessoas mantêm aquilo que constroem como posições incompatíveis" (1989, p. 1), sendo que "a condição necessária da argumentação é a presença de oposição" (1989, p. 12). Também Pamela Benoit (1992, p. 176-177) assume esta posição ao dizer que "o guião da argumentação requer que aqueles que interagem considerem as suas posições como uma oposição. Se esta pré-condição não é satisfeita uma argumentação não pode ocorrer. (...) Uma segunda pré-condição afirma que uma argumentação deve ser merecedora do investimento requerido para concretizar o guião. Esta pré-condição nota que a argumentação não ocorre em todas as situações em que uma oposição é percebida".

⁵ Perelman & Olbrechts-Tyteca não deixaram aliás de sublinhar que, apenas no contexto de uma interacção, e não considerados isoladamente, é que o sentido e o alcance dos argumentos podem ser captados. Escreveram, a esse propósito: "o sentido e o alcance de um argumento isolado não pode, senão raramente, ser compreendido sem ambiguidade; a análise de uma cadeia de argumentação, fora e independentemente do contexto em que se insere, apresenta perigos inegáveis. Estes devem-se não apenas ao carácter equívoco da linguagem mas, também, ao facto dos meios de uma argumentação não serem quase nunca completamente explicitados" (1988, p. 251). Reforçando este linha de ideias, escrevem no final do *Traité*: "insistimos, antes de proceder ao estudo analítico dos argumentos, sobre o carácter esquemático e arbitrário deste. Os elementos isolados com vista ao estudo formam, na realidade, um todo: eles estão *em interacção constante e isso em vários planos: interacção* entre os diversos argumentos enunciados, *interacção* entre estes e o conjunto da situação argumentativa, entre estes e a sua conclusão, e, finalmente, *interacção* entre os argumentos contidos no discurso e aqueles que os tomam por objecto" (1988, p. 610 [*sublinhado nosso*]).

⁴ Segundo Willard (1979, p. 188), "estamos a argumentar' é uma co-orientação, a definição de uma relação, uma atribuição episódica. A minha assunção é a

é retomado e referenciado no discurso do outro⁶. Neste sentido a fala de cada um não é dissociável da fala do outro e da circunscrição do assunto em que essas falas são consideradas de uma forma séria, porque tidas por relevantes e de interesse pelos participantes.

De um ponto de vista do seu desenrolar podemos distinguir descritivamente numa argumentação quatro fases (inspirando-nos assim no modelo proposto pela pragmática dialéctica): a fase do confronto (que remete para o choque de discursos ou para a constituição de um díptico argumentativo), a fase da abertura (que significa focalizar o assunto em questão relativamente ao qual se registra uma diferença de perspectiva quanto ao modo com ele lidar), a fase da argumentação (na qual os interlocutores procuram reforçar as suas posições⁷ e a fase do fecho (que corresponde ao abandono da

oposição discursiva, seja porque os participantes chegaram a acordo, seja porque abandonam ou se desinteressam pelo assunto em questão, seja porque acabou o tempo disponível para debater, etc.).

Deste modo, podemos dizer que uma interação comunicativa se torna numa argumentação quando nessa interação se tornam destacáveis discursos em confrontação polarizados num assunto em questão. Nas práticas conversacionais os assuntos raramente são abordados sob modo do “em questão” ou chegam a ser suficientemente tematizados para que se chegue a focalizar o assunto a tratar, embora se verifiquem frequentemente episódios de contradição conversacional. Note-se, por conseguinte, que a focalização do assunto é fundamental e, como nota Angenot (2008):

na prática, é não só preciso estar de acordo sobre a existência, a tangibilidade do tema mas, de uma forma mais premente, sobre o seu interesse. É preciso que o debate valha a pena, que a conclusão, caso se chegue a encontrar uma, seja fecunda e útil, uma vez que se o assunto, seja ele qual for, se revelar como trivial e sem interesse, não é razoável dispensar-lhe energia. (p. 137)

Podemos, deste modo, dizer que na interação encontramos também estratégias retóricas que visam incentivar os participantes à argumentação e em que a construção da relevância funciona essencialmente como um incitamento à focalização do assunto. Neste sentido, como escreveu Johnstone Jr., estas estratégias representam um interface, ou seja, “uma espécie de cunha, tal como uma espécie de ponte e a retórica é a técnica de colocar uma cunha entre a pessoa e os dados da sua experiência imediata” (2007, p. 24). Próxima desta visão está Goodwin (2002) quando sugere que vejamos as estratégias retóricas, ou incentivos à argumentação, através das seguintes analogias:

⁶ Escreve Plantin, colocando a tónica no aspecto gradativo: “uma dada situação linguageira *começa a tornar-se argumentativa* quando se manifesta uma oposição de discursos. Dois monólogos justapostos, contraditórios, sem alusão um ao outro, constituem um díptico argumentativo. É sem dúvida a forma argumentativa de base: cada um repete a sua posição. A comunicação é *plenamente argumentativa* quando esta diferença é problematizada numa Questão e se destacam nitidamente os três papéis de actuação do Proponente, do Oponente e do Terceiro” (PLANTIN, 2005, p. 63. Sub. nosso). Neste sentido, para este teorizador “não pode haver argumentação a não ser quando existe desacordo sobre uma posição, isto é, confrontação de um discurso e de um contra-discurso” (PLANTIN, 1996, p. 21), podendo a argumentação ser definida como uma “interacção problematizante formada por intervenções orientadas por uma questão” (PLANTIN, 2002, p. 230).

⁷ Será interessante retomar as palavras de Johnstone Jr. (1959, p. 12). quando observa que a argumentação “mais do que ser governada por regras fixas, representa o esforço de, na disputa, cada um reforçar as suas próprias regras. A legitimidade ou relevância de um dado ponto estabelecido no curso da argumentação depende das respectivas visões dos que estão envolvidos na argumentação e a energia de cada argumentador está essencialmente concentrada na tentativa de estabelecer as suas próprias visões”.

os incentivos podem ser geralmente categorizados como cenouras ou varas. Oferecendo cenouras, o argumentador tentará fazer o seu interlocutor querer fazer uma questão do assunto; o assunto em questão aparecerá como desejável, atractivo ou de interesse do outro. Ameaçando com a vara, o argumentador tentará fazer com que o outro tenha de fazer disso um assunto em questão; este aparecerá como algo a que o outro foi obrigado, ou forçado pelas circunstâncias, a encarar — ou, se não a encarar, pelo menos a tentar *esquivar*, *evitar*, *evadir* ou *contornar*. (p. 88)

Por outro lado, o argumentável deriva da dissonância de perspectivas e é a partir desta que devem ser compreendidos os argumentos apresentados e os raciocínios desenvolvidos. De facto, podemos sempre concordar com um raciocínio e discordar da perspectiva a partir do qual ele pretende ter sentido. Tal como Perelman referiu insistentemente, a noção de “preferível” é central na compreensão dos fenômenos argumentativos, aspecto que é também enfatizado por Willard quando afirma que

não é o lugar de um actor num contexto que o torna racional, mas a sua *tentativa para decidir o que é apropriado*. Quando uma pessoa escolhe entender os acontecimentos como, por exemplo, um economista e não como um psicólogo, ele está a fazer algo que deveria ser do máximo interesse para nós. Ele está a comprometer-se no sentido mais preciso do raciocínio ‘se-então’, ou seja, a escolha dos padrões de juízo e de veracidade deste ou daquele campo implica que um actor implícita ou explicitamente pensa através das possibilidades de ‘dadas as regras de fundo da linguagem X, o meu raciocínio seguirá o este caminho; dadas as regras da linguagem Y, o meu raciocínio seguirá aquele caminho’ (WILLARD, 1983, p. 143).

Ou seja, o cerne da racionalidade argumentativa não está nas razões que se apresentam, mas na perspectivação em função da qual as razões podem ser apresentadas como justificação. Pôde por isso Willard

(1983, p. 141 e ss.) concluir que a perspectivação, o tomar de uma perspectiva, é o movimento que melhor se presta a definir a racionalidade. Foi também salientando a identidade das estratégias retóricas com a actividade de perspectivar que Manuel Maria Carrilho sugeriu o deslocamento do registro metafísico em que muitos teorizadores continuam a tematizar a argumentação e propôs a possibilidade de um “perspectivismo sem niilismo” (1994b, p. 100). A visão interaccionista da argumentação que propomos partilha desta orientação filosófica e não só destaca as situações de incompatibilidade como base das situações argumentativas, como recentra também o núcleo das dinâmicas argumentativas na noção de assunto em questão.

Se esta proposta de teorização tiver mais acuidade do ponto de vista da adequação descritiva, então, para além de um novo quadro terminológico-conceptual, algumas distinções adicionais lhe devem realçadas. Assim, e a par da já referida distinção entre argumentatividade e argumentação, há também que distinguir entre a consideração monologal e monogerida dos discursos e a situação dialogal onde se verifica uma poligestão.

Grosso modo, poderíamos dizer que os fenômenos da argumentatividade remetem para uma abordagem monologal ou monogerida da linguagem em que esta é vista como produto textual susceptível de análise. Uma tal análise parte de uma teoria prévia do que seja um argumento (seja “argumento” considerado como um enunciado que conduz a outro enunciado que é sequência do primeiro, seja como algo que confere força persuasiva ao discurso seja, ainda, como razão de suporte para uma tese), procura identificar e interpretar a presença de argumentos no discurso, reconstruir e analisar esses argumentos e, para alguns teóricos, avaliá-los na sua força.

Já a argumentação, tal como a definimos acima, implica uma situação de interação que, mais do que dialógica (ou seja, de se dirigir sempre a alguém e invocar, ou remeter polifonicamente para outras vozes, não deixando, todavia, de ser monogerida) é dialogal⁸ (ou seja, que invoca a poligestão de um assunto em questão relativamente ao qual há diferença de perspectivas) na qual os participantes podem assumir qualquer dos papéis que definem a dinâmica argumentativa: o de proponente, o de oponente e o de questionador. Os argumentos nunca são aqui vistos “a solo” mas sempre a partir do “dueto” de argumentadores (pelo menos) em interação e como valores de troca sujeitos a vigilância na interação comunicacional.

Nesta perspectiva não se parte de uma teoria prévia que define a priori o que é um argumento, mas considera-se que os argumentos são emergentes e que a sua emergência e força não podem ser dissociadas do contexto específico da interação polarizado num assunto em questão. Deste ponto de vista, o uso de argumentos é visto como algo que reforça perspectivas sobre um assunto em questão numa situação circunstanciada de interdependência discursiva. Esta interdependência discursiva pode ser clarificada através dos conceitos de antifonia (que remete para uma situação de oposição) e de diafonia, que aponta para a retoma do discurso de um pelo discurso do outro. Neste sentido, a avaliação da força dos

argumentos é sempre relativa quer ao assunto em questão, quer ao discurso do outro.

Podemos assim distinguir entre o estudo analítico dos argumentos que procura captar a argumentatividade pela inventariação de tipos de argumentos e de esquemas argumentativos que são utilizados pelos argumentadores, procurando derivar a sua força das estruturas e dos mecanismos que neles são postos a funcionar e o estudo interaccional das argumentações que foca a progressão da interação numa situação argumentativa, pondo o desenho do assunto em dependência daquilo que nele surge como estando em questão e dos diversos níveis de interdependência que se registram entre os argumentos avançados, o conjunto da situação argumentativa e a tensão entre discurso e contra-discurso.

O ponto de vista da análise de argumentos tem aspectos positivos e aspectos negativos. Dos seus aspectos positivos podem destacar-se o fornecimento de uma moldura teórica que nos permite identificar e classificar modos de argumentar, estabelecer perguntas críticas que possibilitam testar a sua força e proceder à sua avaliação e, finalmente, o dotar-nos de uma terminologia que pode ser usada com utilidade na elaboração de um contra-discurso. Com efeito, aquele que consegue “ver” os argumentos como exemplares de tipos ou formas de argumentar liberta-se, de alguma forma, da sua dominação e pode mais facilmente contra-argumentar.

Dos seus aspectos negativos pode destacar-se o seu artificialismo (ao serem isolados para análise acabam por focar-se em aspectos microscópicos pouco consonantes com a eficácia e propriedade circunstancial da sua aplicação e com a dinâmica da situação argumentativa) e o seu desfazamento do ponto de vista descritivo (nomeadamente quanto à velocidade do débito verbal que ocorre numa interação, ao carácter ambíguo dos recursos evocados, à mobilidade da linguagem em

⁸ Nota Kerbrat-Orecchioni (2005, p. 16): “reduzindo a noção de interação à ideia trivial de que falamos sempre para alguém, reduzimos o seu poder teórico e descritivo; e mascaramos diferenças fundamentais ao assimilarmos destinatário real e virtual, troca explícita e implícita, discurso dialogal (produzido por vários interlocutores em carne e osso) e discurso dialógico (levado a cabo por um único locutor, mas que convoca no seu discurso várias ‘vozes’). Ora, observa ainda a autora “a retórica adopta uma perspectiva dialógica mas monológica, ao passo que a da pragmática interaccionista é dialogal e dialógica” (2002, p. 191).

termos de formulações e reformulações, aos elementos emocionais envolvidos e ao tempo útil em que decorre a interação). Dito de outro modo, a análise e avaliação de argumentos “a solo” não é consonante com o carácter profundamente situacional e interdependente das argumentações. Como bem mostrou Conley (2003) ao estabelecer um paralelismo entre os efeitos das anedotas e os da argumentação,

[...] reescrever um argumento numa forma silogística ou pôr a nu o seu esquema inferencial subjacente é o equivalente a explicar uma anedota. E todos sabemos o que acontece quando fazemos isso. A anedota deixa de ter piada. (p. 269)

Acrescenta ainda que:

reduções formalistas tornam invisível a centralidade da identificação e o carácter fundamentalmente ‘dirigido’ do argumento. E não nos esqueçamos que a invenção e o juízo têm de ter em conta a situação, a ‘intimidade’ e o ‘enquadramento’ — os quais inevitavelmente variam de caso para caso — que dificilmente significam que, *em princípio*, todos os argumentos são igualmente válidos ou ‘bons’. Aquilo de que aqui estamos a falar, diria, é da vida real (ibidem, p. 273).

A isto acresce a profunda discrepância entre a atitude do analista e os constrangimentos implicados quando se está na pele do argumentador, que é algo diferente da posição de um juiz que avalia através de critérios meta-argumentativos. Poder-se-ia objectar que, dessa forma, não teríamos critérios para avaliar as argumentações. A não ser que, como propõe Plantin, avancemos para uma visão imanente da questão crítica da argumentação, caso em que poderá dizer-se que a norma do discurso de um está no discurso do outro. Se assim for:

a prática da avaliação dos argumentos é guiada por um princípio simples: *aquele que não admite um discurso é o primeiro, porventura o melhor crítico e, antes de*

mais, ele fala; é pois preciso considerar a sua palavra. Esta última afirmação é um princípio normativo que diz respeito não à actividade argumentativa, mas ao método em teoria de argumentação. A tarefa desta teoria é a de inteirar-se o melhor possível desta actividade crítica e, não, *substituí-la* (PLANTIN, 2009, p. 160).

Quanto à prática argumentativa, mais do que fazer pedagogia dizendo que o importante é evitar conflitos, conseguindo transformar as argumentações numa actividade cooperativa, mais do que enfatizarmos que ela representa uma via de civilidade alternativa à violência e, finalmente, mais do que procurarmos ensinar que a melhor via de lidar com os conflitos é despersonalizar os argumentos, parece-nos mais acertado, como propõe Goodwin (2007, p. 43) partir do facto de que “as controvérsias são reais, os argumentos têm força e a sua força é indubitavelmente pessoal”.

Promover a afinação de perspectivas que vão para além de um possibilitismo que não desafia mas se conforma, que não propõe mas se limita a testar, que não cria alternativas mas se dobra perante regras que servilmente acata, tal como potenciar a capacidade de elaborar contra-discursos em função das situações específicas de interação, cuja finalidade depende do caso a caso e nas quais participamos enquanto argumentadores, eis alguns corolários da perspectiva interaccionista que aqui procuramos esboçar nos seus traços gerais.

Referências

AMOSSY, Ruth. **L’argumentation dans le discours**, Paris: Armand Colin, 2006.

_____. Argumentation in Discourse: A Social Approach to Arguments. **Informal Logic**, v. 29, n. 3, 2009, p. 252-267.

ANGENOT, Marc. **Dialogues de sourds. Traité de rhétorique antilogique**. Paris: Mille et une nuits, 2009.

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. **L'argumentation dans la langue**. 3. ed. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1997.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

BENOIT, Pamela. Characteristic of Arguing from a Social Actor's Perspective. In: BENOIT, W. L.; HAMPLE, D.; BENOIT, P. J. **Readings on argumentation**. Berlin; New York: Foris Publications, 1992. p. 165-183.

CARRILHO, M. M. **Jogos de racionalidade**. Porto: Edições ASA, 1994.

CONLEY, T. What Jokes Can Tell Us About Arguments. In: JOST, W.; OLMSTED, W. (Ed). **A Companion To Rhetoric and Rhetorical Criticism**. Blackwell Publishing: [s.l.], 2003.

DUCROT, O. **Polifonia e argumentación**. Universidad del Valle: Calli, 1988.

_____. Argumentation rhétorique et argumentation linguistique. In: DOURY, M.; MOIRAND, S. (Org). **L'Argumentation aujourd'hui. Positions théoriques en confrontation**. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2004, p. 17-34.

GOODWIN, Jean. Designing Issues. In: F. H. Eemeren; P. Houtlousser (Eds). **Dialectic and Rhetoric**. The Warp and Woof Argumentation Analysis. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002, p. 81-96.

_____. Theoretical Pieties, Johnstone's Impiety, and Ordinary Views on argumentation. In: **Philosophy and Rhetoric**, vol. 40, n.1, 2007, p. 36-50.

GRIZE, J.-B. **Logique naturelle & communications**. Paris: PUF, 1996.

_____. **Logique et langage**. Paris: Ed. Ophrys, 1997.

GRONBECK, Bruce. "From Argument to Argumentation. Fifteen Years of Identity Crises" In: BENOIT, W. L.; HAMPLE, D.; BENOIT, P. J. (Eds). **Readings on argumentation**, Berlin/New York, Foris Publications, 1992, p. 17-31.

JOHNSTONE, H. W. Jr. **Philosophy and Argument**. Pennsylvania: Pennsylvania State University, 1959.

_____. The Philosophical Basis of Rhetoric. In: HAUSER, G. A. (Ed.) **Philosophy an Rhetoric in Dialogue**. Redrawing their Intellectual Landscape. The Pennsylvania State University Press, 2007, p. 15-26.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Rhétorique et interaction. KOREN, Roselyne e AMOSSY, Ruth (Org.). **Après Perelman: quelles politiques pour les nouvelles rhétoriques?** Paris. L'Harmattan, 2002, p. 175-196.

_____. **Le discours en interaction**. Paris: Armand Colin, 2005.

KOCK, C. Dialectical Obligations in Political Debate. In: **Informal Logic**. n. 27, 2007a, p. 233-247.

_____. The domain of rhetorical argumentation. In: **Proceedings of the 6th ISSA Conference**. 2008. Disponível em: <http://www.staff.hum.ku.dk/kock/images/images/The%20Domain%20of%20Rhetorical%20Argumentation,%20for%20Proceedings.doc>

PERELMAN, Ch. **Le Champ de L'Argumentation**. Bruxelles: Presses Universitaires de Bruxelles, 1970.

_____. **L'empire rhétorique** - Rhétorique et Argumentation. Paris: J. Vrin, 1977.

PERELMAN, Ch.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Rhétorique et Philosophie**. Pour une théorie de l'argumentation en philosophie. Paris: PUF, 1952.

_____. **Traité de l'argumentation**. La Nouvelle Rhétorique. Bruxelles: Éd. de L'Université de Bruxelles, 1988.

PLANTIN, Chr. Analyse et critique du discours argumentatif. In: KOREN, Roselyne; AMOSSY, Ruth (Org.) **Après Perelman: quelles politiques pour les nouvelles rhétoriques?** Paris: L'Harmattan, 2002.

_____. **L'argumentation: Histoire, théories, perspectives**. Paris, PUF, 2005.

_____. “Deixem dizer”: A norma do discurso de um está no discurso do outro. In: **Revista Comunicação e Sociedade**, n. 16, 2009, p. 145-161.

WILLARD, C. A. The Epistemic Functions of Argument: Reason and Decision-Making from a Constructivist/Interactionist Point of View. In: **Journal of the American Forensic Association**, n. 15, 1979, p. 169-190.

_____. *Argumentation and the Social Grounds of Knowledge*, Alabama, The University of Alabama Press, 1983.

_____. Cassandra’s Heirs. In: **Argument and Social Practice: Proceedings of the Fourth SCA/AFA Conference on Argumentation**. Annandale, VA, Speech Communication Association, 1985, p. 16-34.

_____. **A Theory of Argumentation**. Tuscaloosa/London: The University of Alabama Press, 1989.

ZAREFSKY, David. Future Directions in Argumentation Theory and Practice. In: TRAPP, R.; SCHUETS, J. (Eds). **Perspectives on argumentation**. Essays in Honor of Wayne Brockriede. New York: Idebatepress, 2006, p. 287-297.

Revisão:

Roberto Santos de Carvalho

Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Santa Cruz. E-mail: robertlinguistica@hotmail.com.